

RESTAURAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO CENTRAL, PELOTAS/RS

Uma necessária reflexão sobre a interdisciplinaridade

*RESTORATION OF CENTRAL PUBLIC
MARKET OF PELOTAS/RS
A necessary reflection about interdisciplinarity*

Jorge Luiz de Oliveira Viana¹

Resumo

A partir da restauração do Mercado Público Central de Pelotas/RS, Edital para Concorrência nº 02/2008, há um bom exemplo para pensar a restauração de uma edificação histórica, de grande significância material e imaterial, com primazia ao aspecto arquitetônico. Juntos, o Ministério da Cultura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conceberam e executaram o projeto sem considerar o trabalho arqueológico cabível e, também, sem os estudos antropológicos necessários para identificar e interpretar as representações culturais na área. Portanto, esse ensaio propõe, mais do que apresentar as atividades contingenciadas da Arqueologia e Antropologia, chamar a atenção para a dimensão participativa dessas disciplinas no desenvolvimento de projetos arquitetônicos para restauração ou revitalização. Conclui-se que esta é uma proposta desafiadora e urgente para que a academia adeque seus planos de ensino à interdisciplinaridade, para que no futuro tenhamos profissionais atuando numa perspectiva ampliada da significância cultural.

Palavras-chave: arquitetura, antropologia, arqueologia, patrimônio histórico.

Abstract

From the restoration of the Mercado Público Central de Pelotas/RS (Central Public Market of Pelotas/RS), Public Notice for Competition nº 02/2008, we had a good example of the thinking the restoration of a historic building, of great material and immaterial significance, with primacy to the architectural aspect. Together, the Ministério da Cultura (Ministry of Culture) and the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (National Institute of Historic and Artistic Heritage), conceived and implemented the project without considering the appropriate Archaeological, work and, also, without the anthropological studies necessary to identify and interpret the cultural representations in the area. Therefore, this essay proposes, more than presenting the contingent activities of Archaeology and Antropology, to draw attention to the participatory dimension of these disciplines in the development of architectural projects for restoration or revitalization. It concludes that it's a challenging and urgent proposal for the academy to adapt its teaching plans to interdisciplinarity, so that in the future we have professionals working in an expanded perspective of cultural significance.

Keywords: architecture, anthropology, arqueology, historical heritage.

¹ Mestrando em Antropologia na Área de Concentração em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação (UFPel), Licenciado em História (UFPel/1995), pesquisador associado do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ/ICH/UFPel). Servidor Público Federal do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.

Introdução

O trabalho pretende uma reflexão, a partir de um estudo de caso, para demonstrar a necessidade das atuações conjuntas e interdisciplinares da Arquitetura, Antropologia e Arqueologia, para promoção dos trabalhos de restauração ou revitalização de prédios históricos urbanos.

O artigo interpela para o enfoque epistemológico que, em ocasiões de semelhante natureza, como o desse estudo de caso, deva-se envolver as áreas de Arquitetura, Antropologia e Arqueologia, pois a “interdisciplinaridade como a possibilidade de intercâmbio mútuo e a integração recíproca entre várias ciências” (PIAGET, 1973, p. 52) redundaria num projeto potente, com significados mais abrangentes da materialidade, pessoas e coletivos.

Esse estudo de caso faz parte de uma investigação empírica a respeito da pretendida restauração do Mercado Público Central de Pelotas/RS. Assim, examina-se o Edital de 2008, desde a sua elaboração, o do projeto e a finalização da obra a qual pode-se chamar de revitalização.

O documento inaugural do projeto foi o *Edital para Concorrência nº 02/2008 - Prefeitura Municipal de Pelotas/Programa BIC/ Monumenta como Restauração do Mercado Público Central, - Pelotas/RS* e objetivo desse artigo é discutir o propósito das modificações, cabe uma breve distinção entre restauração e o que de fato ocorreu no âmbito da revitalização.

Resumidamente é possível definir restauração arquitetônica como:

A restauração das edificações visa reconstituir o contexto autêntico da obra, privilegiando o produto, sem perder seus legítimos traços arquitetônicos ou cometer um falso histórico que possa anular as linhas da passagem do tempo sobre a obra. O restauro arquitetônico pode ser compreendido nos mais diversos contextos. A junção de todo o conjunto que a conecta a um determinado local sem prejudicar a leitura, o significado e a origem da edificação. Todavia, a restauração arquitetônica só alcançará o seu êxito se os estudos históricos de reconhecimento da estrutura arquitetônica forem empregados cuidadosamente e criteriosamente (ZANDONAI; FERREIRA, 2017, p. 1).

Sobre a revitalização, palavra mormente utilizada na época das obras em 2008, pode-se considerar:

Revitalização como uma prática projetual ou um processo socioespacial liderado estrategicamente por determinados grupos associados ao planejamento urbano contemporâneo. A estruturação da cidade contemporânea depende, de acordo com Meyer (2000), de grandes projetos urbanos estratégicos. O valor estratégico de tais projetos está subordinado, segundo a autora, à sua capacidade de provocar transformações significativas no espaço metropolitano, aumentando seu poder de atratividade e influência. Mais do que simplesmente melhorias urbanas pontuais e específicas, o planejamento urbano contemporâneo se revela, na intencionalidade de seus defensores, como um instrumento capaz de promover a agregação do território metropolitano e de organizar os fluxos que evitam a dispersão funcional e espacial (SOTRATTI, 2015, on-line).

Isto posto, cabe uma breve consideração sobre o *Edital para Concorrência 02/2008*. O referido edital foi lançado pela Prefeitura Municipal de Pelotas, sob a responsabilidade jurídica da Presidenta da Comissão de Licitações em consonância com o Secretário Municipal de Administração e Finanças, teve financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (Contrato de Empréstimo n. 1.200/OC - BR) em apoio ao Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano – Monumenta. O Monumenta foi concebido para ser executado por intermédio do Ministério da Cultura (MINC), que implementou o Programa com a participação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Estados, Municípios e do setor Privado. Este foi aprovado pelo Senado Federal através da Resolução n.º 56, de 05/12/1999, publicado no Diário Oficial n.º 213 de 08/11/1999.

A participação interdisciplinar nas intervenções ocorridas no Mercado Público Central de Pelotas em 2009 e 2010, passam obrigatoriamente pelo projeto desenvolvido pelo Escritório Técnico da Secretaria Municipal da Cultura de Pelotas (SECULT) conforme Rubira (2014), e por uma sumária análise do edital, no qual conste na sua apresentação ao MINC identificado como *Órgão Executor* e participação do IPHAN. Como referido, estiveram presentes as instituições competentes para as devidas ações protecionistas mas, sem qualquer ressalva à natureza jurídica desempenhada pelo poder público municipal, identificando que o propósito foi restritivo quanto a concepção de uma *restauração* de uma edificação construída entre 1847 e 1853, tombada pelo município em 1979, com elementos arquitetônicos neoclássico e grande significação para a população da cidade, talvez apoiado no *Ato discricionário*.²

No Edital 02/2008 consta no parágrafo 1. *DO OBJETO* o que segue:

1.1 Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para a execução das obras de RESTAURAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO CENTRAL, situado no Largo Edmar Fetter, s/ nº, na cidade de Pelotas, RS, devidamente descritas no Projeto Executivo, conforme Anexo 14, que passa a fazer parte integrante deste Edital independente de transcrição (PELOTAS, 2008, p. 3).

Ou seja, nenhuma menção no *objetivo* nem no restante do edital, que por sua vez atende ao projeto técnico da SECULT, indicou a complexificação do que deveria tratar a restauração de um contexto de grande significação para a população de Pelotas. O que de fato ocorreu foi um projeto, e depois a execução, de uma concepção de revitalização, aliás tão presente em tempos recentes. Resumidamente foram restauradas as fachadas e algumas vigas de sustentação de metal originais, enquanto o interior construtivo e áreas de uso e circulação foram remodelados.

Apartir desta breve consideração sobre os encaminhamentos técnicos para a realização das obras, crítico o caminho discricionário e a desconsideração das histórias de vida, das interações sociais, dos simbolismos e das pessoas que usavam o Mercado Público Central de Pelotas e seu entorno e, também, a cultura material e elementos construtivos em subsuperfície.

Ao pensar uma interferência de restauração, ou mesmo de revitalização, em uma construção histórica com tão grande significado, os arquitetos e as arquitetas e suas instituições deveriam ater-se nos seus projetos, e por conseguinte nos editais de intervenções arquitetônicas, às concepções interdisciplinares com a Antropologia e

² Ato discricionário é aquele praticado com liberdade de escolha de seu conteúdo, do seu destinatário, tendo em vista a conveniência e a oportunidade de sua realização.

Arqueologia.

Arquitetura

O trabalho de revitalização desenvolvido no Mercado Público Central, deve ser inserido no âmbito da *requalificação urbana* difundida nos anos 1980. Ao ser concebido por essa ótica pressupõe a valorização ambiental e funções urbanas e, por conseguinte, a substituição, mesmo que parcial, da população original, ou seja, comerciantes, consumidores, circulantes, todos aqueles com qualquer grau de pertencimento com o espaço.

Mesmo que considerem os objetivos principais da requalificação urbana, ocasionalmente é possível a deparação com embates que ocorrem com diferentes grupos envolvidos neste processo como, população original, poder público, empresas, políticos e outros. No entanto, no caso do Mercado Público Central a condução do município e seus técnicos, incluindo a omissão do IPHAN, foi de tal forma gerida, que foram mínimos os contra-argumentos e sem a dimensão participativa que o trabalho exigia.

Não pretendo ousar críticas sobre a restauração das fachadas externas do prédio, pelo contrário, segundo algumas avaliações de profissionais foram qualificadas, mas sim a falta da dimensão participativa que identificasse e interpretasse as representações culturais que entrelaçavam o Mercado Público Central e seu entorno. Tal dimensão provavelmente teria *melhor conduzido* o assentamento do Bará no ponto central da edificação, como mostrou a pesquisa acadêmica da antropóloga Rosane Rubert (*apud* Avila, 2017, p. 49), ou ainda, projetar melhores pontos de instalação de algumas das colunas de metal, que não sobre evidência arqueológica de dutos, como mostraram o arqueólogo Fábio Cerqueira e a arqueóloga Luciana Peixoto (2010).

Antropologia

O espaço público do Mercado mudou, como diz Xavier (2016):

O Mercado não voltou a ser como era antes, ele tornou-se um espaço de sociabilidade destinado sobretudo a atividades culturais, de entretenimento e de lazer, além do comércio. No seu exterior, diferentemente do que ocorria antes da revitalização, o Mercado passou a ser frequentado também à noite, especialmente nos bares e restaurantes, instalados principalmente na frente norte do Mercado, voltados para o Largo (XAVIER, 2016, p. 6).

O trabalho prévio dos antropólogos das antropólogas caberia, por exemplo, à investigação de possíveis e quais espécies de exclusões sociais ou segregações poderiam ocorrer no interior e entorno do Mercado, se haveria uma *gentrificação* do local ou perda da identidade e do sentimento de pertencimento por parte dos ocupantes e sociedade em geral, como bem explicitou Xavier (2016).

A referida restauração, na verdade concebida pela ótica da revitalização, tratou de uma renovação do espaço urbano com remoção e substituição da população original e, por conseguinte, com impactos sociais e políticos significativos. No caso em questão deveriam ter sido considerados previamente os/as antropólogos/as. Para refletir:

Uma operação de renovação, reestruturação ou reabilitação urbana, orientada por objectivos estratégicos de desenvolvimento

urbano, em que as acções de natureza material são concebidas de forma integrada e activamente combinada na sua execução com intervenções de natureza social e económica. (DGOTDU 2008, p. 63, apud SILVA, 2011, p.49).

Embora a disciplina Etnoarqueologia esteja habilitada para estudos etnográficos no âmbito da Arqueologia, caberia a Antropologia, conceitualmente e metodologicamente consolidada e rigorosa, ter atuado previamente em trabalho de campo, no terreno onde se produz o sociocultural, no cenário das relações sociais, das práticas, das trocas entre as pessoas de uma comunidade (SILVA, 2008).

Conforme o Protocolo de Brasília:

Ao longo desses dois séculos, o desenvolvimento disciplinar centrou-se nas atividades de campo, refinando técnicas e procedimentos para se estabelecer interação adequada com os sujeitos envolvidos na pesquisa, no intuito de produzir dados qualitativos e quantitativos relevantes para a análise científica (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2015, p. 20).

Quando na concepção do projeto arquitetônico, elaborado pelo município e com o mínimo debate público e de interlocuções, deveriam ter considerado que o/a antropólogo/a atuariam onde se produz o sociocultural, atendo e envolvendo a comunidade, acrescentando com aspectos da cultura humana, como as histórias, o cotidiano e práticas.

Certamente um/a antropólogo/a teria envidado uma pesquisa, provavelmente qualitativa, sobre o assentamento de Bará na encruzilhada³ do Mercado, antecipando-se ao conflito ocorrido posteriormente.

Dentre os inúmeros significados e pertencimento cabe ressaltar os da matriz africana, como escreveu Avila (2017, p. 52) “O mercado como um espaço físico que carrega a dimensão da sagrada da visão de mundo da matriz africana através da finalização do processo iniciático”.

Arqueologia

No transcorrer da obra, em meados de novembro de 2009, o surgimento de estruturas e pisos antigos chamou a atenção da Prefeitura Municipal, responsável pela fiscalização da obra, para a necessidade de consultoria arqueológica. O primeiro contato foi feito com o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ) da Universidade Federal de Pelotas através do seu coordenador Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira⁴.

Após vistoria na área do Mercado, o arqueólogo Fábio Cerqueira informou ao IPHAN, que pelo estágio avançado das obras o projeto arqueológico adequado não poderia ser desenvolvido na íntegra, restando um acompanhamento de obras com algumas intervenções⁵.

³ “Encruzilhada, um conceito mítico e estrutural da visão de mundo africano que nos permite problematizar encontros e desencontros das distintas formas de organização negra em território brasileiro” (AVILA, 2017, p. 44).

⁴ Dados obtidos por informação verbal.

⁵ Idem.

A participação da Arqueologia nas atividades no Mercado Público Central aconteceram concomitantemente ao tempo das obras. A responsabilidade técnica pelo trabalho, junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), registrado sob número de processo 01512.000083/2002-08, foi do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ/UFPEL). O projeto contou com a autorização oficial do IPHAN através da Portaria N° 13, de 22 de dezembro de 2009. A coordenação foi da arqueóloga Luciana da Silva Peixoto e do arqueólogo Fábio Vergara Cerqueira.

A execução deste trabalho contou com a parceria, para execução, do Instituto de Memória e Patrimônio. Cabe ressaltar que a empresa Marsou Engenharia argumentou não ter previsão orçamentária compatível para custear devidamente o trabalho arqueológico.

Conforme Cerqueira e Peixoto (2010):

O Projeto foi realizado no período de dezembro de 2009 a março de 2010 e se constituiu basicamente no acompanhamento das obras, com ênfase na execução dos projetos complementares no que se refere especificamente à abertura das valas para instalação dos sistemas hidráulico, elétrico, cloacal e de gás, assim como na remoção dos pisos. Também foram realizadas prospecções na cobertura e nas paredes das lojas externas (CERQUEIRA; PEIXOTO, 2010, p. 13).

Na época de elaboração do projeto haviam vários trabalhos desenvolvidos por pesquisadores, no âmbito da Arqueologia histórica urbana, como Zarankin (199; 2002; 2003) e Tirello (2007). As metodologias arqueológicas para o caso em questão deveriam ter sido intimamente ligadas ao objetivo da pesquisa, isto é, deveriam ter sido estruturadas e aplicadas de modo que possibilitasse os resultados necessários ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, relacionadas à Arqueologia de Restauração, ou seja, aos métodos aplicados em pesquisas arqueológicas realizadas nos projetos de restauração de bens culturais.

O Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração, produzido pelo IPHAN, na intenção de orientar e regularizar a pesquisa arqueológica apresentava dois modelos aplicáveis aos projetos de restauração: 1) pesquisa arqueológica como instrumento, subjugada ao trabalho do Arquiteto, produtora de conhecimento pragmático relacionado às necessidades da restauração e; 2) pesquisa arqueológica como produtora de conhecimento científico *strito sensu*, construtora de modelos explicativos da realidade social relacionada àquele bem (IPHAN, 2002). No entanto, o IPHAN recomenda que houvesse uma associação entre os dois modelos e sugeria uma sequência de três etapas para a realização da pesquisa arqueológica (IPHAN, 2002, p.19) (CERQUEIRA; PEIXOTO, 2010, p. 23).

Sem o planejamento prévio, com as obras em andamento, um prazo exíguo e aporte financeiro insuficiente, foi aplicada a estratégia metodológica:

- Revisão bibliográfica
- Pesquisa de campo
 - levantamento topográfico geral;
 - acompanhamento das obras;
 - sondagens com controle por níveis artificiais - escavação;

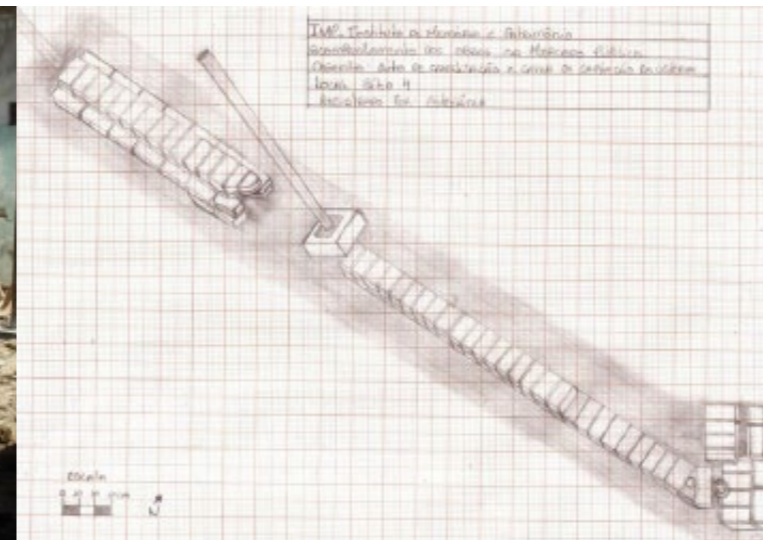


Figura 1 - Interior do Mercado em dezembro de 2009. Fonte: CERQUEIRA; PEIXOTO, 2010, p. 36. Figura 2 - Trabalho da Marsou em desenvolvimento em dezembro de 2009. Fonte: CERQUEIRA; PEIXOTO, 2010, p. 39.

- prospecção parietal;
 - prospecção da estrutura da cisterna;
- Análise de dados (CERQUEIRA; PEIXOTO, 2010, p. 24).

Em dezembro de 2009 já tinha havido grande remoção das estruturas internas e, também, vários cortes estratigráficos para fundações (sapatas) (Figs. 1 e 2).

Este trabalho não pretende e nem deve descrever o desenvolvimento da pesquisa arqueológica (campo e laboratório), no entanto, apenas indicar, que além da cultura material resgatada nas intervenções subsuperficiais, foram evidenciadas escaíolas, antiga cobertura na forma de abóbodas de alvenaria, diferentes pisos de ladrilhos e dutos de canalização de água para abastecimento da cisterna. Os dutos foram construídos com tijolos cerâmicos (Fig. 3), medindo na sua maioria 32cm de largura, 15cm de comprimento e 6cm de espessura, rejuntados com argamassa de areia, cal e aglomerante cimentício.

Durante as nossas atividades, pesquisas da equipe de Arqueologia analisaram o TCC de Guilherme Bruno (2006) no qual estava projetada uma cisterna que, em campo, foi localizada. Assim como os dutos, a cisterna era desconhecida pelos responsáveis do trabalho arquitetônico.

A participação da Arqueologia também evitou um possível acidente com um dos trabalhadores da construtora, quando este ao tentar romper uma base sólida com um martelo foi avisado por um dos arqueólogos que se tratava da cúpula da cisterna. Por falta de conhecimento mínimo do subsolo algumas bases de concreto (sapata), projetadas para fixação de colunas de metal, foram trocadas de lugar por exigência da Arqueologia para a preservação dos dutos de canalização para a cisterna (Fig. 4). Estas duas informações mostraram o total desconhecimento da cota negativa, ou seja, do solo.

A hipótese construída, sem a possibilidade de confirmação em decorrência da emergência do trabalho, foi de que os doze dutos canalizavam a captação da água da chuva, direcionando para a cisterna.

O conjunto de informações obtido pelas prospecções dos dutos de canalização nos proporcionou formular a hipótese de que o sistema de captação de água da cisterna seria formado por 12 dutos, distribuídos em quatro grupos de três, conforme mostra a Figura 05. A água da chuva chegaria às caixas da captação, através de canos localizados abaixo dos pilares entre os arcos do avarandado externo. A partir da

simulação gráfico-digital do interior do Mercado, feita pelo arquiteto Guilherme Bruno (2006) em consonância com as evidências arqueológicas, foi realizada uma projeção da localização do sistema subterrâneo de captação e canalização de água da cisterna.

No âmbito da Arqueologia histórica consideram Senatore e Zarankin (2002, p.9) que um dos pontos de fundamental importância para a “compreensão da sociedade moderna são as mudanças no uso da cultura material, pois a cultura material não tem significado por si mesma, e só adquire uma dimensão ativa e ideológica dentro de um sistema cultural determinado”.

Para dar significado a esta cultura material é necessário que o/a arqueólogo/a, em sua análise, busque as conexões históricas que forneçam o contexto dentro do qual seja possível interpretar, a partir da cultura material, as mudanças nas práticas sociais. Pressuposto teórico que os/as arqueólogos/as envolvidas não puderam atingir, não por negligência mas pelo contingenciamento financeiro, o exíguo cronograma e as péssimas condições de trabalho.

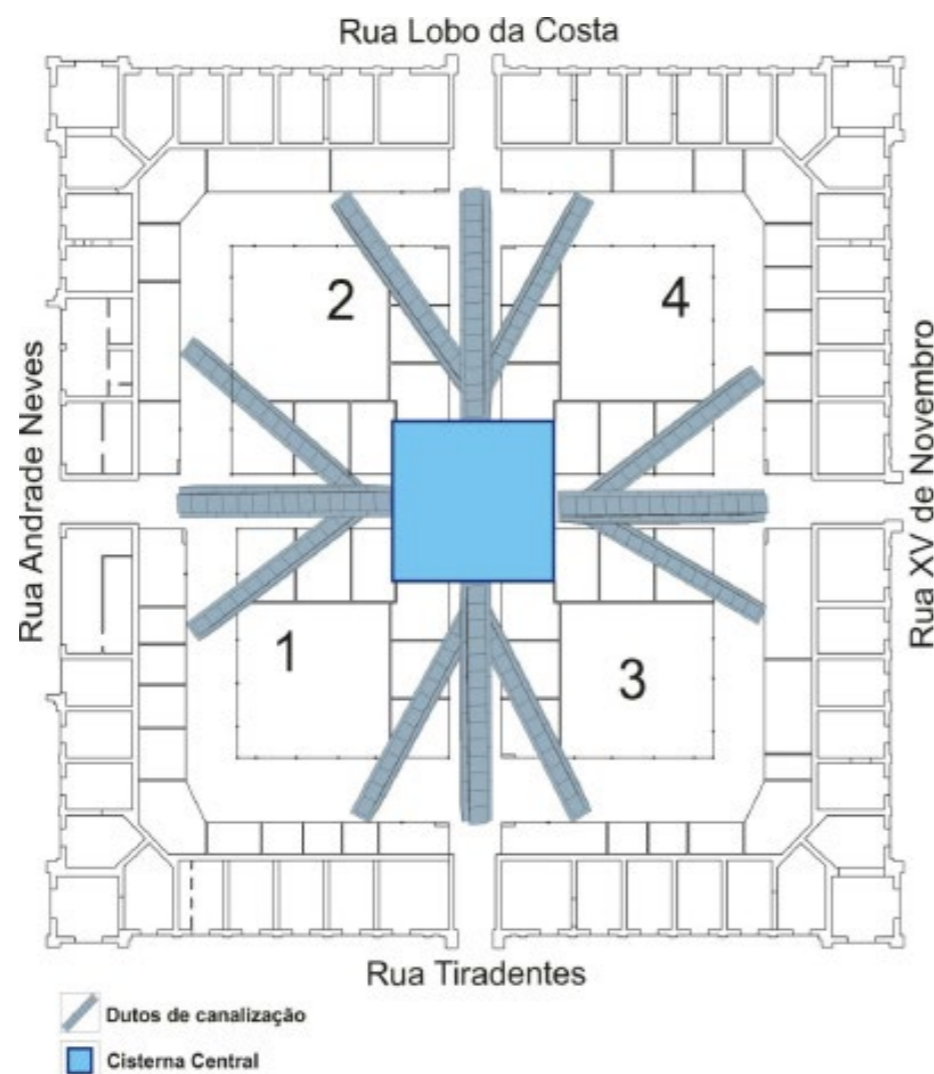
Considerações finais

Sem querer aprofundar-me no texto de Estévez Brais (2021) - *Fugitividade na cidade patrimonial: a Perícia Popular no Centro Histórico de Salvador, Bahia* - preciso coadunar com aspectos de sua conclusão, quando considera a distinção entre *policy* (política pública) e *planning* (planejamento) de Harney e Moten (2013). As práticas adotadas na concepção das intervenções no Mercado Público Central, caracterizo como política pública e ausência do planejamento cabível, e considero definitiva a distinção apresentada por Brais (2021):

A política pública opera através da delegação-expropriação forçada de inteligências. O planejamento, pelo contrário, assume que as pessoas já estão pensando e agindo por si mesmas e, aliás, que a vida intelectual já está em ação ao nosso redor, incrustada em uma infinidade de práticas. (BRAIS, 2021, p. 15).

Resguardadas as especificidades da Arquitetura, Antropologia e Arqueologia, os três códigos disciplinam parâmetros éticos para as atuações dos profissionais e *dispõe*, para além dos aspectos legais, *orientações profissionais sobre os objetos, pessoas e coletivos pesquisados*. Nesta síntese bastante pretenciosa, resalto que os três

Figura 3 - Desenho de campo de parte de um duto entre 0,70m e 0,80 de profundidade. Fonte: CERQUEIRA; PEIXOTO, 2010, p. 115. Figura 4 - Parte de um duto evidenciada no trabalho de escavação. Fonte: CERQUEIRA; PEIXOTO, 2010, p. 109.



códigos de ética⁶ promulgam o comprometimento dos/as pesquisadores/as com o patrimônio material e imaterial.

Tim Ingold (2022), no seu livro *Fazer - Antropologia, Arqueologia, Arte e Arquitetura*, conhecido como *Os quatro Âs*, incluindo a Arte numa inter-relação de estudos de diferentes períodos da história, vou me valer da sua afirmação para o contexto que tento explorar neste texto, que “a antropologia e arqueologia há muito têm sido vistas como disciplinas irmãs, mesmo que nem sempre tenha se mantido um bom diálogo”, e prosseguindo:

Em certo sentido, suponho, os arquitetos e arqueólogos poderiam ser vistos como similares nos seus procedimentos, mas opostos temporalmente: afinal, o próprio instrumento comum – a colher de pedreiro – que o construtor usa para fabricar as formas arquitetônicas do futuro é usado pelo arqueólogo na escavação de um sítio, para revelar as formas do passado (INGOLD, 2022, p. 28).

Para que esta interdisciplinaridade venha a ocorrer, precisamos construir formalizações que balizem os procedimentos de gestores e técnicos das diferentes instâncias administrativas (Município, Estado e Ministérios Federais), e proporcionar formações

⁶ Código de Ética e Disciplina de Arquitetura e Urbanismo do CAU/BR, 2015; Código de Ética da Arqueologia Brasileira - SAB, 2015; Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga - ABA, 2012.

profissionais sensíveis ao trabalho conjunto. Isto só poderá emergir na academia por inter-relações curriculares, neste caso em questão, dos cursos de Arquitetura, de Antropologia e de Arqueologia.

Vejo como necessária que a academia, através dos cursos referidos, parta, por exemplo, do que diz Evelina Grunberg (2000, p. 160) “A cultura é um processo de socialização, onde o indivíduo pertence a um grupo e aprende sua dinâmica, agregando conhecimento e formando sua identidade”, e:

A cultura se identifica nos produtos, materiais e imateriais, e nas formas em que cada povo os usa, nos costumes, nas tradições, nas crenças, na organização social, nas manifestações artísticas, nos processos históricos e nas atividades científicas e tecnológicas (GRUNBERG, 2000, p.160).

Por fim, para o futuro é necessário integrar os diferentes dados contributivos das três ciências, para se produzir uma visãoêmica, múltipla, heterogênea do passado e das representações deste passado no presente.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. *Protocolo de Brasília: Laudos antropológicos: condições para o exercício de um trabalho científico*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2015.

AVILA, Carla Silva. Encruzilhadas da Negra Pelotas: a interface da religião e política nas lutas negras pelotenses. *Pixo: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, Pelotas, v. 1, n. 3, p. 44- 53, primavera de 2017.

BRAIS, Estévez. Fugividade na cidade patrimonial: a Perícia Popular no Centro Histórico de Salvador, Bahia. *Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo*, v. 4, n. 15, p. 1-18, 2021.

BRUNO, Guilherme Rodrigues. *A representação histórica do Mercado Central de Pelotas através da simulação gráfico-digital*. 2006. Monografia (Especialização em Gráfica Digital) - Departamento de Desenho Técnico e Gráfica Computacional, Universidade Federal de Pelotas.

CERQUEIRA, Fábio Vergara; PEIXOTO, Luciana da Silva. *Relatório Projeto de salvamento e acompanhamento arqueológico na obra de restauro do Mercado Público de Pelotas - Relatório Final*. Portaria n.13. de dezembro de 2009, Pelotas.

CERQUEIRA, Fábio Vergara; PEIXOTO, Luciana da Silva.. *Mercado Público Central*. Entrevista concedida a Jorge Luiz de Oliveira Viana (informação verbal) 2009.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR). *Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil*, 2017.

GRUNBERG, Evelina. Educação patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais. *Cadernos do Centro de Organização do Oeste (CEOM)*, v. 14, n. 12, p. 159-180, 2000.

INGOLD, Tim. *Fazer: Antropologia, Arqueologia, Arte e Arquitetura*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2022.

NAJJAR, Rosana; DUARTE, Maria Cristina Coelho. Manual de Arqueologia histórica em projetos de restauração. Distrito Federal: IPHAN/Programa Monumenta, 2002.

PELOTAS (RS). *Edital para concorrência Nº 02/2008 - Restauração do Mercado Público Central, Largo Edmar Fetter s/nº Pelotas/RS. Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID Contrato de Empréstimo nº 1200/OC-BR*, Prefeitura Municipal de Pelotas - Secretaria Municipal de Administração e Finanças/Departamento de Administração de Materiais e Patrimônio, Pelotas, n. 02, p.1-25.

PIAGET, Jean. *Problemas gerais da investigação interdisciplinar e mecanismos comuns*. Lisboa: Bertrand, 1973.

SENATORE, Maria Ximena; ZARANKIN, Andrés (orgs.). *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul. Cultura Material, Discursos e Práticas. Colección Científica*. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente, 2002.

SILVA, Ana Marina Ribeiro. *Requalificação urbana. O exemplo da intervenção Polis em Leiria*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia, especialidade em Ordenamento do Território e Desenvolvimento) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

SILVA, Glaucia; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de [et al.]. Antropologia extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos. In: SILVA, Glaucia (org.). *Anais da Oficina da Associação Brasileira de Antropologia*. Campus do Gragoatá: Universidade Federal Fluminense, p. 45-82, maio de 2002.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANTHROPOLOGIA (ABA). *Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga*. Criado na Gestão 1986/1988 e alterado na gestão 2011/2012.

SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (SAB). *Código de Ética*, 2015.

SOTRATTI, Marcelo Antônio. Revitalização. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

XAVIER, Ana Estela Vaz. A Revitalização do Mercado Público de Pelotas e sua Ressignificação Social. In.: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. Porto Alegre, 2016, p. 1-21.

ZANDONAI, Vanessa Mara; FERREIRA, Anderson Saccol. O Desafio do arquiteto frente as necessidades do restauro arquitetônico. *Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Xanxerê*. Joaçaba, v. 2 p. 1-3, 2017.